

## Instrumentos Legais e Normativos do SINASE

Caro(a) cursista, seja bem-vinda/o à Unidade 2, que abordará os **Conceitos e Princípios do SINASE**.

Nela, vamos tratar dos seguintes temas:

1. Significado do SINASE;
2. Percurso Histórico;
3. Conceitos Fundamentais; e
4. Princípios do SINASE.

Nesta Unidade de Ensino, temos por **objetivo de aprendizagem** resgatar o processo de construção do SINASE e a influência das principais regras e diretrizes das Nações Unidas sobre adolescentes em conflito com a lei

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

## Significado do SINASE

O SINASE representa um instrumento que norteia a aplicação e execução das medidas socioeducativas no Brasil, ao mesmo tempo em que indica a aplicação das medidas em meio aberto como a melhor alternativa para a inserção social dos adolescentes.

Sua elaboração intenta dar concretude à mudança de paradigma instaurada pelo ECA: do velho paradigma da Situação Irregular (Código de Menores – Lei nº. 6.697. de 10 de outubro de 1979) para a Doutrina da Proteção Integral. Significa abordar a questão infracional com o interesse da reinserção social do adolescente com a lei, superando a visão do mesmo como simples objeto de intervenção.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

## Percurso histórico

Cara(o) cursista, a construção do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE consolida uma iniciativa do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA para normatizar a atuação dos organismos em torno do atendimento socioeducativo.

A partir de 2002, em parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos - SEDH, da Presidência da República, com a Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Infância e Juventude (ABMP) e o Fórum Nacional de Organizações Governamentais de Atendimento à Criança e ao Adolescente (FONACRIAD), o CONANDA desencadeou uma série de encontros estaduais e regionais e um encontro nacional com juízes, promotores de Justiça, conselheiros de direitos, técnicos e gestores de entidades e/ou programas de atendimento socioeducativo.

Veja mais detalhes no [site da SEDH](#).

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SEDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

## Percurso Histórico

Nesses eventos, foi debatida e avaliada a proposta de lei de execução de medidas socioeducativas da ABMP, bem como a prática pedagógica desenvolvida nas unidades socioeducativas.

Foram constituídos dois grupos de trabalho com atribuições de elaborar um projeto de lei de execução de medidas socioeducativas e um documento teórico-operacional para execução dessas medidas.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e o Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (Ilanud/Brasil) também contribuíram para os trabalhos.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

## Percurso histórico

A proposta do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) foi consolidada em fevereiro de 2004. Em novembro do mesmo ano houve um amplo diálogo nacional com aproximadamente 160 atores do Sistema de Garantia de Direitos – SGD, do qual resultou o SINASE.

O esforço de construção do SINASE busca dar efetividade ao espírito presente no ECA, de garantir a proteção integral à infância e à adolescência, de reafirmar as responsabilidades do Estado, da família e da sociedade na promoção e proteção dos direitos da população infanto-adolescente, do respeito à sua condição de pessoa em desenvolvimento. Destaque-se, ainda, o papel do Estado como promotor de políticas públicas e guardião dos direitos das crianças e adolescentes.

Para a instituição do SINASE, o Congresso Nacional propôs em 2007 o Projeto de Lei nº 0.627 que após sair da Casa de origem se transformou no Projeto de Lei nº 134, de 2009 da Câmara dos Deputados. Em seguida, o projeto original passou por diferentes análises até sua recente aprovação através da lei 12.594, de janeiro de 2012.

Esta, por sua vez, enseja algumas modificações no próprio Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90 e nas Leis 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nos 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Pedimos que você faça agora uma pausa para reflexão sobre o processo de construção do SINASE em seu município/estado.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso permitido com citação obrigatória da fonte

## Conceitos fundamentais

O SINASE é a política pública de implementação do atendimento das medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA para as situações em que crianças e/ou adolescentes se envolvam com atos infracionais.

Sua concepção acompanha a construção das normativas que pretendem dar materialidade aos direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil - Constituição Federal e Estatuto da Criança e do Adolescente, e no mundo - Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, Sistema Global e Sistema Interamericano dos Direitos Humanos: Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça Juvenil – Regras de Beijing – Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade.

Consulte um [texto do ILANUD](#) para aprofundar este assunto.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

## Conceitos fundamentais

O SINASE é o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medida socioeducativa.

Esse sistema nacional inclui os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todas as políticas, planos, e programas específicos de atenção a esse público.

A implementação do SINASE objetiva o desenvolvimento de uma ação socioeducativa sustentada nos princípios dos direitos humanos. Persegue, também, a ideia dos alinhamentos conceitual, estratégico e operacional, estruturados, principalmente, em bases éticas e pedagógicas.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

## Os princípios do SINASE

O SINASE define as competências das instâncias federativas para a execução do atendimento socioeducativo, reforçando a necessidade de municipalização das medidas em meio aberto.

Cabe à União formular e coordenar a execução da Política Nacional de Atendimento Socioeducativo.

Aos estados e municípios, elaborar e executar seus planos de atendimento socioeducativo e se responsabilizar pela gestão dos sistemas.

Antes de prosseguir, pedimos que você leia com atenção o arquivo associado à palavra "competências".

Reforçando o caráter pedagógico em detrimento do caráter punitivo, o SINASE dá relevância às medidas em meio aberto, como a Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e a Liberdade Assistida (LA), acentuando que as medidas privativas de liberdade (semiliberdade, internação provisória e internação), devem ter sua aplicação restrita em caráter de brevidade e excepcionalidade.

Pedimos a você que faça agora uma pausa para a reflexão sobre esse caráter da medida socioeducativa.

-O SINASE também ressalta as dimensões pedagógicas, com a adaptação dos padrões arquitetônicos das unidades de internação aos padrões dos adolescentes, eliminando as características de unidades prisionais e obedecendo às características apontadas no ECA, que se adequam a estabelecimentos educacionais.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH) - 15º Período - 2019. Permissão obrigatória da fonte



## Princípios

Cursista pedimos que faça uma leitura item a item no arquivo relacionado aos princípios do SINASE.

Para fixação desse conteúdo, neste e nos próximos destacamos cada um desses princípios:

1. Respeito aos direitos humanos;
2. Responsabilidade solidária da família, sociedade e Estado pela promoção e a defesa dos direitos de crianças e adolescentes – artigos 227 da Constituição Federal e 4º do ECA;
3. Adolescente como pessoa em situação peculiar de desenvolvimento, sujeito de direitos e responsabilidades – artigos 227, § 3º, inciso V, da CF; e 3º, 6º e 15º do ECA;
4. Prioridade absoluta para a criança e o adolescente – artigos 227 da Constituição Federal e 4º do ECA;
5. Legalidade;
6. Respeito ao devido processo legal – artigos 227, § 3º, inciso IV da Constituição Federal, 40 da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e 108, 110 e 111 do ECA e nos tratados internacionais;
7. Excepcionalidade, brevidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;
8. Incolumidade, integridade física e segurança (artigos 124 e 125 do ECA);
9. Respeito à capacidade do adolescente de cumprir a medida; às circunstâncias; à gravidade da infração e às necessidades pedagógicas do adolescente na escolha da medida, com preferência pelas que visem o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários – artigos 100, 112, § 1º, e 112, § 3º. do ECA;
10. Incompletude institucional, caracterizada pela utilização do máximo possível de serviços na comunidade, responsabilizando as políticas setoriais no atendimento aos adolescentes – artigo 86 do ECA;
11. Garantia de atendimento especializado para adolescentes com deficiência – artigo 227, parágrafo único, inciso II. da Constituição Federal;
12. Municipalização do atendimento – artigo 88, inciso I do ECA;
13. Descentralização político-administrativa mediante a criação e a manutenção de programas específicos – artigos 204, inciso I, da Constituição Federal e 88, inciso II, do ECA;
14. Gestão democrática e participativa na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
15. Corresponsabilidade no financiamento do atendimento às medidas socioeducativas;
16. Mobilização da opinião pública no sentido da indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade.